

RELATÓRIO E CONTAS

2005

GARVAL – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.

PRACETA JOÃO CAETANO BRÁS N° 10 1° • 2005 – 517 SANTARÉM • TEL 243 356 370 • FAX 243 356 379

GARVAL@GARVAL.PT • WWW.GARVAL.PT

CAPITAL SOCIAL € 6 000 000 • NIPC 506 209 199 • CRC SANTARÉM 4 406

RELATÓRIO E CONTAS DE 2005

I.	Órgãos Sociais.....	3
II.	Relatório do Conselho de Administração.....	5
	Introdução	5
	Enquadramento macroeconómico	6
	Actividade.....	15
	Enquadramento.....	15
	Actividade.....	16
	Análise Económica e Financeira.....	19
	Perspectivas Futuras	22
	Agradecimentos	23
	Proposta de Aplicação de Resultados.....	23
III.	Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro.....	25
	Balanço Analítico.....	26
	Demonstração de Resultados	28
	Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	30
IV.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	42
III.	Certificação Legal de Contas	43

I. ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente** Instituto de Turismo de Portugal – ITP, representado por Nuno Moreira de Almeida Queiroz de Barros
- Vice-Presidente** NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco, A.E., representada por João Fernandes Antunes
- Secretário** NERPOR – Associação Empresarial da Região de Portalegre, A.E., representada por Jorge Firmino Rebocho Pais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente** José António Ferreira de Barros
- Vogais** Luís Filipe Soares dos Santos, indicado pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento – IAPMEI
- José Fernando Ramos de Figueiredo, indicado pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.
- João Artur Ferreira da Costa Rosa, indicado pela NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém, A.E.
- Renato Fernando Ribeiro da Silva, indicado pelo Banco BPI, S.A.
- Anabela Pereira Dolores Frazão, indicada pelo Banco Millennium BCP, S.A.
- Isabel Maria Lopes Vieira Neto, indicada pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Vitor Manuel de Oliveira Ferreira, indicado pelo Banco Espírito Santo, S.A.
- António de Sousa Portugal, indicado pela NERLEI – Associação Empresarial da Região de Leiria, S.A.

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	José António Ferreira de Barros
Membros	Renato Fernando Ribeiro da Silva
	João Artur Ferreira da Costa Rosa
	Anabela Pereira Dolores Frazão
	Isabel Maria Lopes Vieira Neto

FISCAL ÚNICO

Efectivo	Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho
Suplente	Armando Luís Vieira de Magalhães

II. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

INTRODUÇÃO

A Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. concluiu em 2005 o seu terceiro ano de actividade. Após a elevada receptividade verificada junto do mercado para o produto *Garantia Mútua*, o ano que agora finda veio reforçar a convicção existente acerca da oportunidade e da necessidade que representam as Sociedades de Garantia Mútua (SGM) para as Pequenas e Médias Empresas (PME) do nosso País.

A Garval acentuou a trajectória de crescimento que vinha registando em períodos anteriores, o que foi verificável no aumento do volume de garantias concedidas, no crédito apoiado junto do sistema Financeiro, no número de garantias emitidas e no número de novos mutualistas.

O ano de 2005 foi também marcado pelo aumento de Capital Social da Sociedade para seis milhões de euros, cifrando-se actualmente em mais do dobro do valor do Capital Social inicial. Tal como previsto, este aumento de Capital Social foi subscrito com fundos provenientes do PRIME, através do IAPMEI e do ITP, pelos principais Bancos que já eram anteriormente accionistas - Banco BPI, Banco Espírito Santo e Banco Millennium bcp -, bem como através da entrada no capital da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo. Também representaram um papel relevante as Associações Empresariais da área de influência da Garval: NERSANT, NERLEI, NERCAB e NERPOR.

Este aumento de Capital Social, para além de aumentar o nível de proveitos financeiros da Sociedade através da sua aplicação financeira, teve ainda o efeito fundamental de reforçar os Fundos Próprios da Garval, permitindo aumentar a sua capacidade de intervenção autónoma junto das PME. Esta medida foi parcialmente responsável pelo aumento registado no volume de contratação e, conseqüentemente, pelo crescimento da carteira viva.

A Garval continuou a prosseguir a sua missão de melhorar o acesso ao crédito por parte das PME's portuguesas, actuando através da qualidade das garantias emitidas e facilitando a contratação de operações financeiras em condições adequadas às necessidades das empresas. Para a concretização deste objectivo, foi reforçada a dinamização dos protocolos existentes com Instituições Bancárias anteriormente celebrados (Banco BPI, Millennium bcp, Grupo BES, Caixa Geral de Depósitos e Grupo Santander Totta) e que conheceram, no ano que agora finda, um acentuado crescimento.

Por outro lado, também foi reforçada a capacidade interna da Garval na captação directa de negócio junto das PME. Para além do crescimento sustentado dos Recursos Humanos da Sociedade, foi também concretizada a abertura de uma Agência em Leiria, permitindo à Garval uma maior proximidade com as empresas daquela região.

O produto *Garantia Mútua* continua o seu percurso de sucesso de inserção no tecido empresarial e financeiro com o conseqüente aumento da sua notoriedade. Para além da actuação independente da Garval, apresenta-se como igualmente importante a manutenção da divulgação nacional promovida pela SPGM – Sociedade de Investimento, S.A., em colaboração com as Sociedades de Garantia Mútua. A necessidade de tornar a Garval e o produto *Garantia Mútua* mais reconhecidos junto das empresas e do mercado continuará a justificar o esforço da Sociedade através da presença em meios de divulgação nacionais, regionais e locais, bem como através de colaborações com parceiros institucionais.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

De acordo com as previsões de um conjunto alargado de peritos ligados às principais organizações internacionais, tais como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial e a Comissão Europeia, a taxa de crescimento do PIB global deverá ser de, aproximadamente, 4,3% em 2005, criando-se boas expectativas para um crescimento económico sustentado em 2006.

Os indicadores divulgados em Dezembro vieram confirmar uma boa performance das principais economias mundiais, ainda que a ritmos distintos entre as várias regiões.

Quadro 1 – Taxa de Crescimento do PIB (%)

	2003	2004	2005 ^P	2006 ^P	2007 ^P
Área Euro	0,8	1,8	1,4	2,0	2,2
Japão	1,4	2,7	2,4	2,0	2,0
Estados Unidos	2,7	4,2	3,6	3,5	3,3
OCDE	2,2	3,4	2,7	2,9	2,9
Portugal	-1,3	1,2	0,8	1,0	1,8

Fonte: OCDE.

Quadro 2 – Taxa de Desemprego (%)

	2003	2004	2005 ^P	2006 ^P	2007 ^P
Área Euro	8,8	8,9	8,7	8,4	8,1
Japão	5,3	4,7	4,4	3,9	3,5
Estados Unidos	6,0	5,5	5,1	4,8	4,7
OCDE	7,1	6,7	6,5	6,3	6,0
Portugal	6,4	6,7	7,5	7,8	7,7

Fonte: OCDE

Quadro 3 – Taxa de inflação (%)

	2003	2004	2005 ^P	2006 ^P	2007 ^P
Área Euro	2,1	1,9	1,8	1,7	1,9
Japão	-0,2	-1,2	-1,1	-0,1	0,6
Estados Unidos	2,3	2,1	2,7	2,5	2,3
OCDE	1,8	2,0	2,1	1,9	1,9
Portugal	3,3	2,5	2,1	2,4	2,1

Fonte: OCDE.

✓ **Estados Unidos da América**

A economia americana continua a apresentar sinais bastantes positivos, tendo visto a sua produção aumentar a ritmos sustentados, em simultâneo com um acentuado crescimento da produtividade, estabilidade dos preços e medidas de estímulo orçamental e monetário. A persistência de muitos destes factores, conjuntamente com o dinamismo intrínseco a esta economia, leva a augurar que a retoma se mantenha numa trajectória estável, não obstante os danos provocados pelas catástrofes naturais que têm fustigado o continente americano e o forte aumento do preço do petróleo.

No dia 13 de Dezembro, a Reserva Federal aumentou a taxa de referência dos *federal funds* em 25 pontos bases para 4,25%, procedendo a um aumento de igual magnitude na taxa de desconto para 5,25%. Esta decisão foi justificada pela possibilidade de o aumento da utilização de recursos na economia e a manutenção dos elevados preços da energia poderem agravar as pressões inflacionistas, apesar de a inflação subjacente se manter a níveis relativamente baixos e as expectativas de longo prazo para a inflação permanecerem contidas.

O mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, impulsionando a confiança dos consumidores, que aumentou em Dezembro.

Menos favorável é o comportamento da balança comercial, cujo défice atingiu em Outubro mais um máximo histórico, permanecendo ainda os riscos dos “défices gémeos” (orçamental e externo). Com efeito, os americanos continuam a comprar muito mais do que vendem ao resto do mundo, financiando-se à custa da injeção de capital vindo do estrangeiro, especialmente da Ásia.

✓ **Japão**

Depois de ter marcado uma pausa no segundo semestre de 2004, a actividade económica nipónica voltou a um crescimento vigoroso no primeiro semestre de 2005, não obstante a ocorrência de um conjunto de circunstâncias desfavoráveis. O valor final para o crescimento do PIB foi revisto em

baixa, o que se deveu apenas a um contributo da variação de existências menor do que o estimado anteriormente.

Os resultados do inquérito trimestral às empresas (*Tanken*) publicado pelo Banco do Japão para o último trimestre de 2005 sugerem uma melhoria na confiança dos empresários, quer no que se refere à situação actual, quer quanto às expectativas futuras. Esta melhoria de índice de confiança também se faz sentir junto dos consumidores.

O mercado de trabalho, embora tenha vindo a apresentar uma evolução muito favorável, manifestou um ligeiro recuo no fim do ano. Este comportamento resultou da passagem de empregados por conta própria para a situação de desempregados, verificando-se uma estabilização quer do número de activos quer dos empregados por conta de outrem.

Em Outubro, o crédito bancário nipónico registou a primeira variação homóloga positiva em vários anos, de acordo com os dados do Banco do Japão. Esta é mais uma indicação da retoma económica em curso e do esforço de reestruturação levado a cabo em anos recentes, tanto nas empresas como no sector bancário, onde se verificam importantes progressos na resolução do problema do crédito malparado. Apesar dos dados serem encorajadores, representam apenas a primeira indicação de recuperação do crédito após uma década de contracção. A confirmar-se, o aumento do crédito bancário será determinante para a inversão do processo deflacionista e a mudança da política monetária do Banco do Japão, que deverá ocorrer no próximo ano fiscal.

✓ Zona Euro

Após vários anos de estagnação, 2005 foi um ano de sinais tímidos de uma retoma na economia europeia. Esses sinais vieram da maior economia da União Europeia, a Alemanha, que evitou uma recessão em 2005, e alguns indicadores apontam para uma melhoria da actividade económica. A recuperação da actividade será essencialmente suportada pelas exportações e pela formação bruta de capital fixo, devendo o consumo privado manter um crescimento moderado ao longo do horizonte de projecção. Pela primeira vez desde há muito tempo, os economistas demonstram um

certo entusiasmo para a zona euro, revendo em alta as suas previsões de crescimento.

Em 2006, a economia europeia deverá continuar a beneficiar de uma conjuntura externa favorável, devida ao grande dinamismo da actividade dos EUA e, mais ainda, da Ásia, prevendo-se assim um maior aumento das exportações.

Um crescendo movimento de ordens de encomendas deverá levar a um aumento da confiança dos industriais europeus e, por conseguinte, incentivá-los a investir e a empregar. A redução esperada do desemprego irá com certeza repercutir-se positivamente na confiança das famílias e, consequentemente, nas suas decisões de consumo.

Será principalmente na Alemanha que será esperada a construção de um círculo económico virtuoso, no qual a procura interna se destaca. A economia alemã deverá beneficiar em 2006 de dois impulsos positivos específicos, que são o Campeonato Mundial de Futebol e as compras antecipadas por parte os consumidores alemães perante o aumento da taxa de IVA em 1 de Janeiro de 2007.

No que diz respeito ao nível geral dos preços europeus, e perante sinais de crescimento de inflação nos países da moeda única, o BCE determinou, em Dezembro, uma subida das taxas de juro de referência em 0,25 pontos percentuais para 2,25%, deixando o seu presidente antever que, ao longo de 2006, poderá haver mais subidas. Neste sentido, a maioria dos analistas espera que as taxas de juro subam mais 0,25 a 0,75 pontos percentuais.

✓ Portugal

Quadro 4 – Indicadores sobre a economia portuguesa

	2003	2004	2005 ^P	2006 ^P	2007 ^P
Taxas de Crescimento					
PIB	-1,2	1,2	0,4	0,8	1,2
Consumo Privado	-0,3	2,3	2,2	1,0	1,5
Consumo Público	0,3	1,2	1,0	-0,2	0,0
Investimento	-9,9	1,3	-2,4	0,3	2,3
Exportações	5,0	5,1	0,9	4,7	4,6
Importações	-0,1	7,0	1,7	3,0	4,1
Contributo para o Crescimento do PIB					
Procura Interna	-2,6	2,0	1,1	0,7	1,5
Investimento	0,0	0,2	-0,1	0,0	0,0
Procura Externa Líquida	1,5	-1,0	-0,4	0,2	0,2
Taxa de Desemprego (%)	6,3	6,7	7,4	7,7	7,8
Taxa de Poupança (% do PIB)	10,8	10,0	9,8	9,5	9,4
Taxa de Inflação (%)	3,3	2,5	2,2	2,7	2,2
Como percentagem do PIB					
Balança Comercial	-8,4	-9,7	-10,9	-11,2	-11,1
Balança de Transacções Correntes	-6,1	-7,8	-9,5	-9,7	-9,4
Balança de Pagamentos	-3,6	-5,8	-7,9	-8,1	-8,0
Défice Público (% do PIB)	-2,9	-3,0	-6,0	-5,0	-4,8

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecast, Autumn 2005*, Novembro 2005

Em Portugal continua a viver-se um período de alguma estagnação, embora a economia portuguesa tenha mostrado os primeiros sinais de retoma no primeiro semestre de 2005, visíveis quer no comportamento da procura externa, quer das importações e do consumo privado (neste último caso, em parte pela antecipação de compras devido ao aumento de 2 pontos percentuais da

taxa do IVA). Na segunda metade do ano, o consumo privado mostrou sinais de abrandamento, o investimento continuou com um comportamento negativo, no sector da construção e obras públicas e também noutros tipos de investimento empresarial. A evolução dos preços do petróleo é responsável pelo abrandamento da procura externa, o que se tem reflectido na revisão em baixa generalizada das previsões do crescimento económico para 2005.

O crescimento do PIB deverá consolidar-se em 2006 e 2007 em Portugal, mas ficando aquém da média da Zona Euro, continuando a economia a operar abaixo do seu potencial, nomeadamente ao nível do mercado de trabalho. Este crescimento deverá ter por base a procura externa, ainda que com perda de quota no mercado mundial, até porque a procura interna deverá apresentar um comportamento desfavorável devido aos seguintes factores: o consumo privado será prejudicado pelo aumento do desemprego; o consumo público, pela necessidade de consolidação orçamental; e o investimento, que continuará a tendência negativa do segundo semestre de 2005.

O desemprego deve manter uma tendência de crescimento até 2007, com maior incidência na indústria. O elevado nível de desemprego deve permitir manter os custos salariais unitários sob controlo, contribuindo para aumentar a competitividade da economia.

A inflação apresentava-se em queda até meados de 2005, altura em que a alteração da taxa normal do IVA de 19% para 21%, provocou um efeito negativa sobre a mesma. Em 2006 e 2007, o efeito do aumento do IVA dever-se-á desvanecer e a ausência de qualquer pressão por parte da procura deverá contribuir para a continuação da desaceleração da inflação.

A consolidação orçamental continuará a ser o principal desafio da política económica. Após um importante aumento do défice, em 2005, mais evidente no primeiro semestre, provocado pelas despesas sociais e pela decisão do governo em cancelar receitas extraordinárias, é esperado uma redução nos próximos anos, como resultado de aumento de impostos, congelamento de despesas e reformas profundas no lado da despesa.

Em 2005, regista-se um aumento da receita fiscal, superior ao aumento das taxas de incidência

aplicadas, o que indicia um aumento da eficiência da administração fiscal na cobrança de impostos. No lado da despesa, quer a despesa salarial, quer as despesas com a saúde, bem como o aumento do número de reformados, criam uma pressão para a subida. No entanto, esperam-se efeitos positivos do aumento dos impostos especiais sobre o consumo, do corte dos benefícios fiscais, das alterações dos esquemas de reforma e de gestão da administração pública.

Não obstante o efeito positivo destas medidas sobre o défice, elas impedirão uma recuperação da procura interna e da poupança no curto prazo, a que acresce que o esforço social poderá não ser recompensado, uma vez que o reduzido crescimento pode anular o efeito destas medidas.

Para promover uma estratégia de crescimento para Portugal, o Governo apresentou recentemente o Plano Tecnológico, visando a criação de melhores condições para a inovação, apostando também na qualificação e tecnologia, pretendendo-se criar condições para o aumento sustentado da produtividade a médio e a longo prazo.

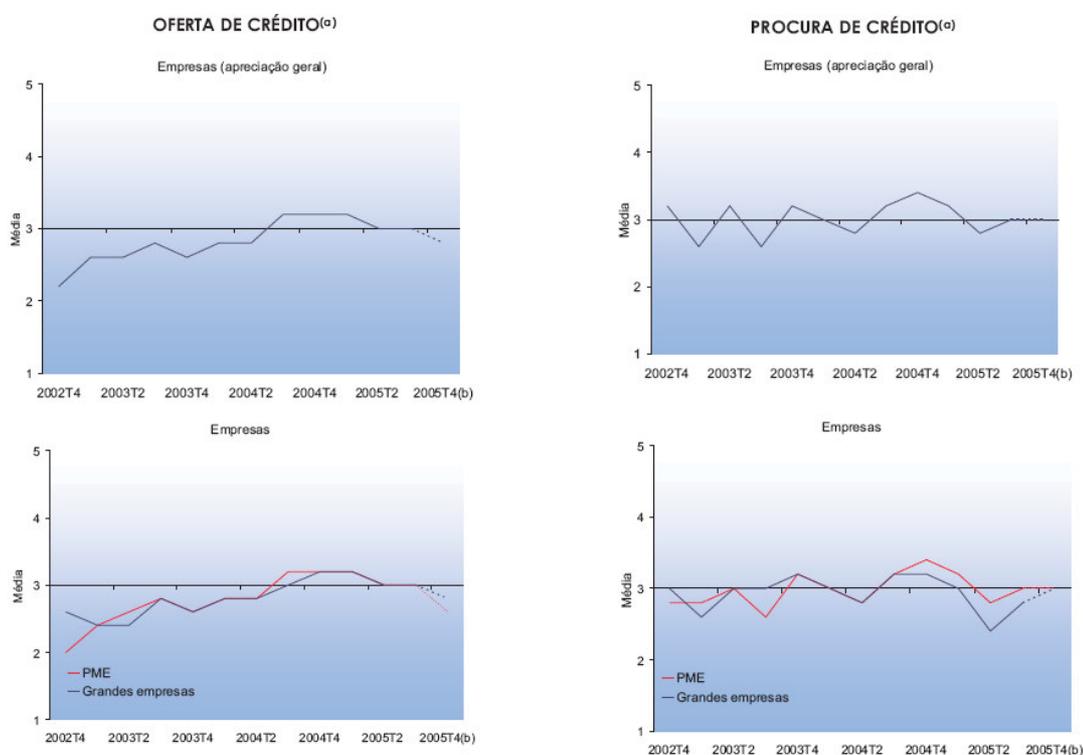
Mercado de crédito

Pela análise dos Inquéritos aos Bancos sobre o Mercado de Crédito realizado pelo Banco de Portugal ao longo de 2005, podemos constatar uma evolução positiva da oferta de crédito no primeiro trimestre, com inversão desta tendência a partir daí, e uma evolução negativa ao nível da procura.

No primeiro trimestre de 2005 registou-se uma tendência de menor restritividade dos critérios de concessão de crédito, situação que decorre sobretudo de uma maior pressão concorrencial entre as instituições de crédito.

No entanto, uma percepção de risco acrescido, associado à actividade económica em geral, a certos sectores de actividade ou a empresas específicas, bem como o aumento do custo do capital e a existência de restrições de liquidez do balanço dos bancos, levaram a que esta tendência tivesse sido interrompida, mantendo-se a política de crédito estável no 2º e 3º trimestre, sendo igualmente essa a expectativa para o 4º trimestre. Estes factores contribuíram para duas tendências distintas ao

longo do ano: por um lado a redução dos *spreads* praticados nas empresas e operações de risco médio e inferior, por outro, o aumento nos outros.



Quadro 5: Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas *in* Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito (Banco de Portugal, Outubro/2005)

No terceiro trimestre, as instituições de crédito demonstraram alguma preocupação com a qualidade das garantias solicitadas no âmbito das operações de crédito, situação que poderá representar uma restrição no acesso ao crédito no futuro.

Ao nível da procura, ao longo do ano registou-se uma tendência de queda da procura de crédito, com excepção nas necessidades de financiamento para reestruturação de dívida. Há expectativas de que esta tendência de contracção da procura se mantenha.

ACTIVIDADE

ENQUADRAMENTO

A evolução, durante o ano de 2005, registada ao nível da aplicação informática SIG (Sistema Integrado de Gestão) permitiu a melhoria da integração do processo de análise e decisão de operações numa base *workflow*, proporcionando um melhor acompanhamento e um apoio mais directo às empresas que recorrem aos serviços da Garval, aperfeiçoando e simultaneamente tornando mais eficiente a análise de crédito. Este factor, em conjugação com outros, permitiu uma redução do prazo de análise perante as operações solicitadas em comparação com o ano anterior, bem como um aumento da capacidade de resposta da Sociedade.

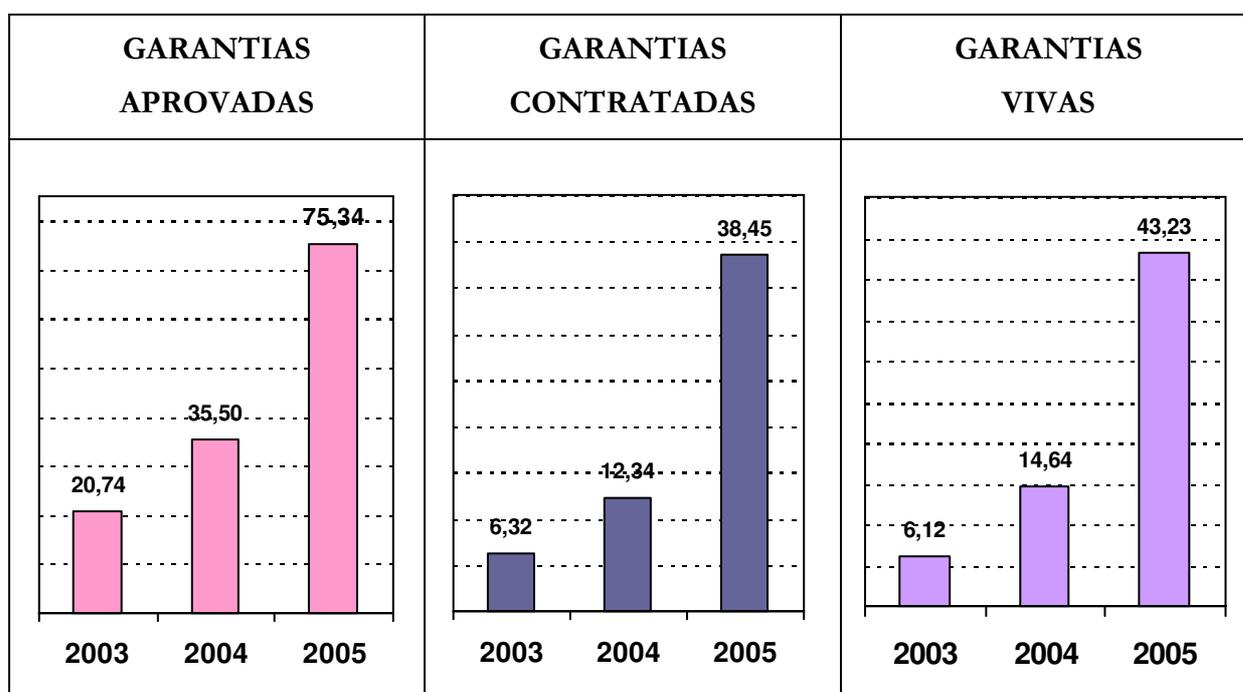
Genericamente, assistiu-se em 2005 a um bom nível de desempenho operacional da Garval: crescimento do volume de contratação, crescimento do número de garantias emitidas, crescimento da carteira de garantias vivas, elevada pulverização da carteira, crescimento do número de empresas apoiadas, manutenção da ausência de sinistros e apresentação de um nível reduzido de clientes em cobrança duvidosa. Mas, pese embora que este desempenho venha a induzir no futuro um maior nível de proveitos, a concentração significativa do volume de contratação durante o terceiro trimestre do ano a par com a obrigatoriedade de constituição de Provisões para Riscos Gerais de Crédito influenciaram decisivamente os Resultados da Sociedade. Na realidade, a contratação de garantias no último trimestre provoca um impacto negativo nas contas dado que os proveitos gerados no exercício não compensam as provisões realizadas, repercutindo-se a geração de proveitos em benefício dos exercícios seguintes.

De facto, o nível de provisões financeiras obrigatórias e provisões económicas decorrentes do acompanhamento da carteira prudencialmente constituídas atingiu 243 933 euros, sendo responsável por 40,1% do total de custos do exercício. Todavia, decorrente do próprio mecanismo de provisões, a redução ou extinção de garantias implica a anulação das provisões anteriormente constituídas e, nessa medida, verificou-se um volume de anulações de 77 066 euros (12,7% do total de proveitos). O saldo líquido foi portanto de 166 867 euros.

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O volume de contratação da Garval no ano de 2005 foi superior ao triplo do verificado no ano de 2004 (38 450 936 euros face a 12 104 550 euros). Tal representou também um crescimento significativo da carteira de garantias vivas, na ordem dos 195%, crescendo de 14 637 094 euros registados em finais de 2004 para 43 233 188 euros em final de 2005. Esta carteira encontrava-se nesta data coberta pelo Fundo de ContraGarantia Mútuo em 64,53%.

A intervenção da Garval, através da emissão de garantias, permitiu o acesso ao crédito junto do sistema financeiro de 17 417 444 euros em 2003, 30 223 196 euros em 2004 e 81 234 360 euros em 2005, num total acumulado próximo de 129 milhões de euros.



O crescimento também se verificou quanto ao número de garantias, tendo a Garval contratado 184 garantias em 2003 e ampliado este valor no ano de 2004 para 332, fixando-se em 556 o número de garantias emitidas no ano transacto. Ainda que não seja a Sociedade com o maior volume de contratação do Sistema de Garantia Mútua Português, conseguiu nestes três anos de actividade ser a SGM com maior número de garantias prestadas, acumulando um total de 1 072 garantias entre final de Março de 2003 e Dezembro de 2005.

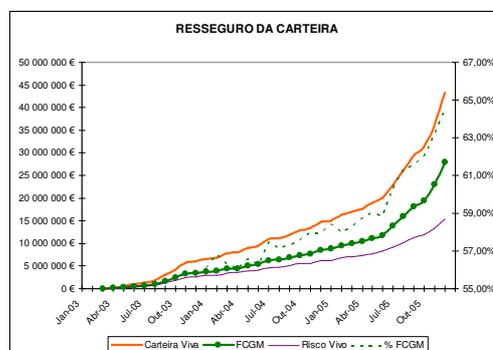
A garantia média cresceu 83,7% face ao ano anterior, situando-se nesta altura em 66 988 euros, uma evolução que se encontra umbilicalmente ligada ao aumento da capacidade de intervenção autónoma da Sociedade e que derivou do reforço dos seus Fundos Próprios. Ainda assim, há a registar uma expressiva pulverização da carteira de garantias vivas e, por conseguinte, uma forte dispersão do risco assumido.

No final de três anos de actividade, com um total acumulado de 56 821 559 euros de risco assumido através da emissão de mais de um milhão de garantias, a Garval não regista a ocorrência de nenhum sinistro. Esta é uma variável fundamental para o saudável desenvolvimento da Sociedade mas que se encontra, em boa medida, fortemente correlacionada com a maturidade da carteira de garantias sendo que a Garval possui, neste momento, uma carteira relativamente jovem. Tal é motivado pelo crescimento acelerado da contratação, embora 7,4% das garantias emitidas pela Sociedade já se encontrem extintas, verificando-se uma amortização acumulada de 13 606 304 euros (23,94% do montante global de garantias emitidas).



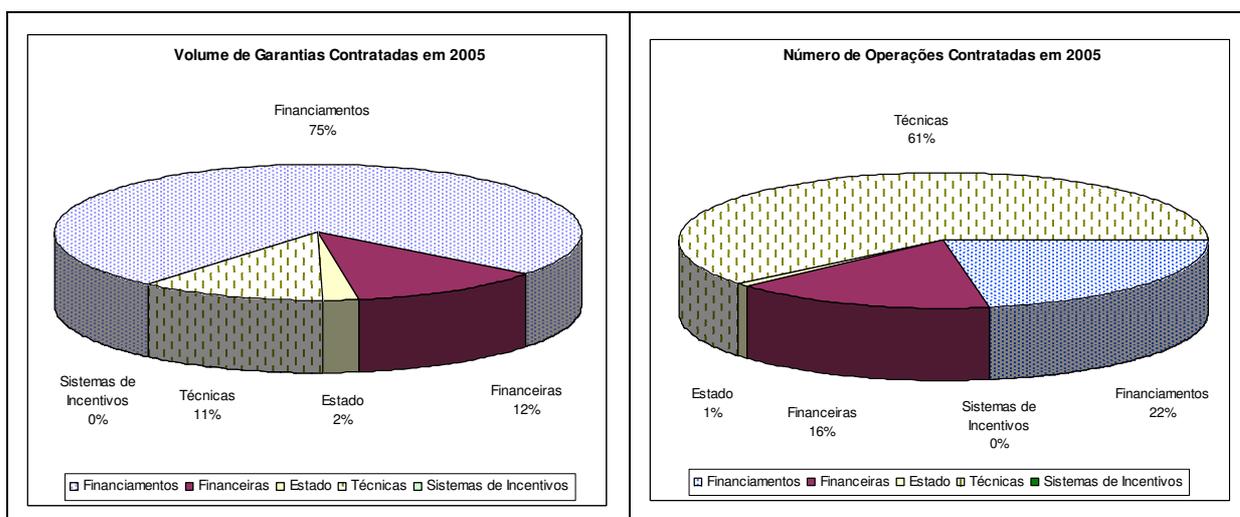
As garantias prestadas pela Garval encontram-se automaticamente contragarantidas através do Fundo de ContraGarantia Mútuo (FCGM), num montante que assume um mínimo de 50% do capital garantido. O crescimento da carteira viva da Sociedade tem vindo a ser conseguido através do fomento de garantias a financiamentos e que, ao abrigo de um protocolo entre o Fundo Europeu de Investimento e o FCGM, permite em determinadas condições a elevação da percentagem de contragarantia para 75%. Este efeito é visível no crescimento da contragarantia

média da carteira, que atingiu em final de 2005 64,53%, assumindo a Sociedade um risco líquido de 15 334 934 euros. Tal representa uma alavancagem de 2,55 sobre o Capital Social da Garval.



Embora representando apenas 16% do número de operações contratadas, o volume de garantias associado a financiamentos representa 75% da carteira contratada em 2005. No ano de 2004 o número de garantias a financiamentos representava 13% do total de garantias emitidas, com uma representatividade de 48% no volume da carteira contratada.

Ao invés, as garantias técnicas de boa execução representam apenas 11% do volume de 2004 mas 61% em quantidade de operações contratadas. Em 2004 representavam 26% do volume de contratação e 75% do número de garantias emitidas.



O ano de 2005 registou ainda o contributo do reforço do papel dos Bancos financiadores enquanto prescritores da Garantia Mútua da Garval. As operações apresentadas por Bancos e contratadas durante o ano representaram 29% do volume global da Sociedade.

Todavia, no que respeita a garantias prestadas em operações de financiamento, a Garval manteve-se como uma interlocutora dos seus mutualistas perante os Bancos financiadores. Tal demonstra o reconhecimento das empresas na capacidade da Sociedade em promover a correcta estruturação dos créditos face às suas necessidades específicas beneficiando, cumulativamente, do papel de representação institucional da Garval junto desses mesmos Bancos.

Por outro lado, regista-se o surgimento de novos Bancos como beneficiários de garantias prestadas pela Garval que não eram tradicionais financiadores através do nosso produto. Tal representa, para além do reconhecimento da qualidade das garantias prestadas, o retorno do esforço desenvolvido numa maior divulgação da Garantia Mútua.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

O exercício de 2005 registou uma diminuição de 96 mil euros no resultado antes de impostos, o qual totalizou 174.7 mil euros negativos. O imposto sobre lucros estimado ascende a 1.8 mil euros, representando uma taxa de 0.3% do total de proveitos e de 1% do resultado antes de impostos.

RESULTADO	2004		2005		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
Total de Proveitos	265 233,90	100,0	608 604,93	100,0	343 371,03	129,5
Total de Custos	343 997,03	129,7	783 323,60	128,7	439 326,57	127,7
Resultado Antes de Impostos	- 78 763,13	-29,7	- 174 718,67	-28,7	- 95 955,54	121,8
Impostos sobre Lucros	1 585,60	0,6	1 814,06	0,3	228,46	14,4
Resultado do Exercício	- 80 348,73	-30,3	- 176 532,73	-29,0	- 96 184,00	119,7

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos

Em 2005, os proveitos totais da Garval foram de 608.6 mil euros, reflectindo uma subida face ao ano anterior de 129.5%. Esta variação resulta, em grande parte, do aumento da rubrica de juros e proveitos equiparados decorrente da prestação de garantias (cujo valor representa *de per si* 61.3% do total dos proveitos da sociedade) e, ainda, do aumento das reposições e anulações de provisões. Ambas as variações reflectem a consolidação da carteira da Garval, agora no seu terceiro ano de actividade.

As variações positivas referidas anteriormente são apenas contrariadas pela redução verificada na rubrica de outros proveitos de exploração (explicável porque, no ano de 2004, se registaram, com carácter de excepção, proveitos decorrentes da alteração do método de cálculo da comissão de contragarantia paga ao Fundo de Contragarantia Mútuo). A variação total desta rubrica é, no entanto, compensada pelo maior nível de comissões de análise, emissão e montagem obtidas.

PROVEITOS	2004		2005		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Proveitos Equiparados	232 544,58	87,7	505 725,45	83,1	273 180,87	117,5
Por garantias prestadas	148 384,82	55,9	373 211,72	61,3	224 826,90	151,5
Outros Juros	84 159,76	31,7	132 513,73	21,8	48 353,97	57,5
Reposições e Anulações de Provisões	10 693,56	4,0	77 066,18	12,7	66 372,62	620,7
Outros Proveitos de Exploração	20 776,85	7,8	19 985,00	3,3	- 791,85	-3,8
Ganhos Extraordinários	1 218,91	0,5	5 828,30	1,0	4 609,39	378,2
TOTAL	265 233,90	100,0	608 604,93	100,0	343 371,03	129,5

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual

O valor total dos custos suportados aumentou, em 2005, cerca de 439.3 mil euros, para o que contribuiu o acréscimo de cerca de 87.8% da rubrica de gastos gerais administrativos, que inclui os custos com pessoal e outros gastos administrativos, grandemente relacionados com o aumento da escala de produção. Os gastos gerais administrativos representam 73.9% do total de proveitos da sociedade (constituindo 57.4% do total de custos antes de impostos do ano corrente).

O aumento dos custos ficou a dever-se, para além dos factores anteriormente mencionados, à variação ocorrido na rubrica de provisões do exercício – que, naturalmente, é uma das principais componente dos custos, representando 40.1% dos proveitos totais. Deve ser realçado que esta variação reflecte não só um maior nível de actividade, que, obrigatoriamente, leva a um aumento de provisões para riscos gerais de crédito, mas também a constituição de provisões económicas no valor de 110.7 mil euros. Este tipo de provisões é fortemente influenciada pela degradação das condições em que um elevado número de pequenas e médias empresas tem vindo a operar.

CUSTOS	2004		2005		Variação	
	€uros	%	€uros	%	€uros	t.c.a. (%)
Juros e Custos Equiparados	735,13	0,3	14 306,15	2,4	13 571,02	
Comissões	3 442,69	1,3	13 611,63	2,2	10 168,94	295,4
Gastos Gerais Administrativos	239 546,34	90,3	449 795,03	73,9	210 248,69	87,8
Custos com Pessoal	136 036,94	51,3	246 774,71	40,5	110 737,77	81,4
Outros Gastos Administrativos	103 509,40	39,0	203 020,32	33,4	99 510,92	96,1
Amortizações do Exercício	35 146,79	13,3	57 465,53	9,4	22 318,74	63,5
Outros Custos de Exploração (2)	1 198,63	0,5	1 707,01	0,3	508,38	42,4
Provisões do Exercício	63 505,73	23,9	243 933,41	40,1	180 427,68	284,1
Perdas Extraordinárias	421,72	0,2	2 504,84	0,4	2 083,12	494,0
Total de Custos antes de Impostos	343 997,03	129,7	783 323,60	128,7	439 326,57	127,7

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

Em 31 de Dezembro de 2005, o Activo Líquido ascendia a 6.6 milhões de euros, superior em cerca de 3.4 milhões de euros, ao valor do ano anterior (3.2 milhões de euros). Com um valor de capitais próprios de 5.7 milhões de euros, reflectindo já o aumento do capital social de 2.67 milhões de euros para 6 milhões de euros, realizado em Junho de 2005 por entradas de dinheiro, a autonomia financeira da Garval era, em 31 de Dezembro, de 86.7%. O passivo financeiro da Sociedade limita-se às dívidas pela locação financeira de imobilizado, no valor de 445.9 mil euros (6.79% do valor do activo total), respeitante às instalações próprias da sede social e a equipamento de transporte.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas Entidades.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O Conselho de Administração e os restantes Órgãos Sociais encetaram em 2005 o triénio para que foram nomeados, afigurando um reforço da representatividade accionista consubstanciada pelo alargamento do número de membros daquele Órgão, quando comparado com o anterior.

No período que agora se inicia está prevista a continuidade de uma estratégia de maior proximidade com as empresas, lógica em que se inseriu a recente abertura de uma Agência em Leiria e, em perspectiva, a abertura a prazo de novas agências na área de intervenção da Sociedade, nomeadamente em Castelo Branco, Portalegre e Ponta Delgada, esta em parceria com a Agrogarante.

O esforço de expansão, que acarreta elevados custos de arranque, será recompensado com a constituição das respectivas carteiras de garantias das agências, resultando num equilibrado desempenho económico-financeiro a médio prazo, e com a disponibilização deste instrumento financeiro a um número crescente e geograficamente mais alargado de empresas. Esta estratégia de expansão permitirá à Garval melhorar o acompanhamento efectivo aos seus mutualistas dentro de uma base mais sistematizada, aperfeiçoando a monitorização do risco da carteira de garantias e potenciando a qualidade do serviço prestado e disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas.

O aumento significativo da carteira de garantias vivas e do número de empresas beneficiárias leva a que existam crescentes necessidades de acompanhamento, um zelo que obrigará também ao reforço adequado da estrutura de Recursos Humanos.

Obedecendo à futura regulamentação prevista para o sector, nomeadamente as implicações legislativas decorrentes dos Acordos de Basileia II, a Sociedade concluirá em 2006 a reorganização interna iniciada no ano que findou e que produzirá efeitos ao nível da especialização de funções.

Perante o interesse demonstrado pelo mercado, tanto por parte das empresas beneficiárias como por parte dos bancos financiadores, e em face do reforço da estrutura orgânica da sociedade, é expectável que a Garval continue a apresentar elevadas taxas de crescimento, robustecendo contudo o empenho em manter um baixo nível de sinistralidade.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas e, muito especialmente, aos Mutualistas que, em 2005, encontraram na Garval o maior empenho em continuar o espírito de parceria criado há mais de uma década com a SPGM.

A adesão e confiança dos nossos Mutualistas continuam a ser o nosso maior incentivo e a melhor comprovação de que a Garantia Mútua é um instrumento essencial, tanto para as empresas, como para o sistema financeiro em geral, facto aliás reforçado pelo interesse crescente de novas empresas e instituições bancárias.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade que sempre demonstraram nas respectivas áreas de actuação.

Às restantes sociedades de garantia mútua, Norgarante e Lisgarante, e aos seus colaboradores, uma palavra de agradecimento pelo entendimento verificado e pelos benefícios que reciprocamente têm sido possíveis obter.

À SPGM, e aos seus colaboradores, por todo o apoio e acompanhamento que tem sido prestado à Garval, e que lhe permitiu desde o primeiro momento a concentração na actividade operacional, desejamos expressar o nosso agradecimento.

Aos colaboradores da sociedade dedicamos uma última palavra de reconhecimento pelo desempenho das funções exercidas, desejando que continuem a desenvolver na Garval um bom trabalho em prol do tecido empresarial português.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia Geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2005, no valor de € 176 532.73.

- Para Resultados Transitados (€ 176 532.73)

Santarém, 08 de Fevereiro de 2006.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

Luís Filipe Soares dos Santos

José Fernando Ramos de Figueiredo

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Renato Fernando Ribeiro da Silva

Anabela Pereira Dolores Frazão

Isabel Maria LopesVieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

António de Sousa Portugal

III. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

BALANÇO ANALÍTICO

ACTIVO	Activo Bruto	(euros)	
		2005 Amortizações e Provisões	2004 Activo Líquido
1. Caixa e Disponibilidades no Banco de Portugal	1 250,00		1 250,00
2. Disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito	80 298,58		80 298,58
3. Outros Créditos sobre Instituições de Crédito	5 600 000,00		5 600 000,00
4. Créditos sobre Clientes	13 800,87	9 610,84	4 190,03
5. Obrigações e outros Títulos de Rendimento Fixo			
a) Obrigações e outros Tít. de Rend. Fixo–Emissores Públicos			
b) Obrigações e outros Tít. de Rend. Fixo – de outros emissores (dos quais: Obrigações próprias)			
6. Acções e outros Títulos de Rendimento Variável			
7. Participações			
8. Partes do Capital em Empresas Coligadas			
9. Imobilizações Incorpóreas	14 723,86	13 089,99	1 633,87
10. Imobilizações Corpóreas	825 423,94	123 621,15	701 802,79
(dos quais imóveis de serviço próprio)	(602 796,43)	(9 565,11)	(593 231,32)
11. Capital Subscrito e não Realizado			
12. Acções próprias ou Partes de Capital próprias			
13. Outros activos	84 160,14		84 160,14
15. Contas de Regularização	89 740,21		89 740,21
16. Prejuízos do Exercício	176 532,73		176 532,73
TOTAL DO ACTIVO	6 885 930,33	146 321,98	6 739 608,35
			3 257 261,82

RÚBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS	2005	2004
1. PASSIVOS EVENTUAIS		
Dos quais:		
- Aceites e compromissos por endosso de efeito redescontados	43 233 187,52	14 637 093,99
- Cauções e activos dados em garantia		
2. COMPROMISSOS		
Dos quais:		
- Compromissos resultantes de operações de venda com acordo de recompra	1 507 794,00	488 296,00

PASSIVO	(euros)	
	2005	2004
1. Débitos para com Instituições de Crédito		
a) - À Vista		
b) - A Prazo ou com Pré-Aviso		
2. Débitos para com Clientes		
a) - À Vista		
b) - A Prazo		
3. Débitos representados por Títulos		
a) - Obrigações em Circulação		
b) - Outros		
4. Outros Passivos	490 001,05	492 618,19
5. Contas de Regularização	143 147,75	65 091,74
6. Provisões para Riscos e Encargos		
a) - Provisões para Pensões e Encargos Similares		
b) - Outras provisões	237 037,05	79 780,66
6A. Fundo para Riscos Bancários Gerais		
8. Passivos Subordinados		
9. Capital subscrito	6 000 000,00	2 670 000,00
10. Prémios de Emissão		
11. Reservas		
12. Reservas de Reavaliação		
13. Resultados Transitados	- 130 577,50	- 50 228,77
14. Lucros do Exercício		-
TOTAL DO PASSIVO	6 739 608,35	3 257 261,82

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente
Luís Filipe Soares dos Santos
José Fernando Ramos de Figueiredo
João Artur Ferreira da Costa Rosa
Renato Fernando Ribeiro da Silva
Anabela Pereira Dolores Frazão
Isabel Maria Lopes Vieira Neto
Vitor Manuel de Oliveira Ferreira
António de Sousa Portugal

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS	(euros)	
	2005	2004
1. Juros e Custos Equiparados	14 306,15	735,13
2. Comissões	13 611,63	3 442,69
3. Prejuízos em Operações Financeiras		
4. Gastos Gerais Administrativos	449 795,03	239 546,34
a) – Custos com Pessoal	246 774,71	136 036,94
Dos quais:		
(- Salários e vencimentos)	(214 705,00)	(116 494,43)
(- Encargos Sociais)	(32 069,71)	(19 542,51)
Dos quais:		
(- c/ Pensões)		
b) – Outros Gastos Administrativos	203 020,32	103 509,40
5. Amortizações do Exercício	57 465,53	35 146,79
6. Outros Custos de Exploração	89,97	1 055,50
7. Provisões para Crédito Vencido e para Outros Riscos	243 933,41	63 505,73
8. Provisões para Imobilizações Financeiras		
10. Resultado da Actividade Corrente		
11. Perdas Extraordinárias	2 504,84	421,72
13. Impostos sobre Lucros	1 814,06	1 585,60
14. Outros Impostos	1 617,04	143,13
15. Lucro do Exercício		
TOTAL	785 137,66	345 582,63

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes

TOC n° 8125

PROVEITOS	(euros)	
	2005	2004
1. Juros e Proveitos Equiparados (- de Títulos de Rendimento Fixo)	505 725,45	232 544,58
2. Rendimentos de Títulos		
a) – Rend. Acções, quotas e outros Títulos de Rendimento Variável		
b) – Rendimento de Participações		
c) – Rendimento de Partes de Capital em Empresas Coligadas		
3. Comissões		
4. Lucros em Operações Financeiras		
5. Reposições e Anulações Respeitantes a Correções de Valor Relativos a Créditos e Provisões para Passivos Eventuais e para Compromissos	77 066,18	10 693,56
6. Reposições e Anulações Respeitantes a Correções de Valor Relativas a Valores Mobiliários que tenham o carácter de Imobilizações Financeiras, a Participações e a partes de Capital em Empresas Coligadas		
7. Outros Proveitos de Exploração	19 985,00	20 776,85
8. Resultado da Actividade Corrente	(176 425,09)	(79 417,19)
9. Ganhos Extraordinários	5 828,30	1 218,91
11. Prejuízo do Exercício	176 532,73	80 348,73
TOTAL	785 137,66	345 582,63

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente
 Luís Filipe Soares dos Santos
 José Fernando Ramos de Figueiredo
 João Artur Ferreira da Costa Rosa
 Renato Fernando Ribeiro da Silva
 Anabela Pereira Dolores Frazão
 Isabel Maria Lopes Vieira Neto
 Vitor Manuel de Oliveira Ferreira
 António de Sousa Portugal

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(VALORES EM EUROS)

INTRODUÇÃO

A actividade da Sociedade restringe-se à área de prestação de garantias, especialmente em formas intermediadas de financiamento, limitando a sua actuação às empresas com Código de Actividade Económica do sector industrial, comércio, turismo, serviços (excepto educação e saúde) e construção.

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49 e 50 previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

NOTA 3 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Provisões para riscos de crédito

São constituídos três tipos de provisão:

- Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, sendo apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes e calculada, mediante a aplicação da taxa legalmente prevista para provisões para crédito vencido, em função do tempo decorrido após o respectivo vencimento, constante no nº 2 do artigo 3º do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal;
- Uma provisão para riscos gerais de crédito, de 1% sobre o valor do saldo vivo de cada

garantia, líquido da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo, nos termos do Aviso do Banco de Portugal, apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos.

- Uma provisão para outros riscos e encargos, destinada a cobrir riscos económicos potenciais, associados à carteira de garantias vivas, sendo apresentadas no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos.

III. Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo adquirido desde a constituição da Sociedade está valorizado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

IV. Provisões para impostos sobre lucros

Os impostos correntes são provisionados de acordo com a legislação aplicável. As diferenças que existem entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para a tributação em IRC respeitam sobretudo, às correcções fiscais resultantes da legislação em vigor.

NOTA 11 - MOVIMENTOS DO ACTIVO IMOBILIZADO

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortização do exercício	Alienações (líquido)	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.05
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Reavaliação (líquido)					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
Despesas de estabelecimento									
Custos Plurianuais									
Outras	14 723,86	12 456,30				633,69			1 633,87
	14 723,86	12 456,30	-	-	-	633,69	-	-	1 633,87
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS									
Imóveis de serviço próprio			96 005,56		506 790,87	9 565,11			593 231,32
Obras em imóveis arrendados	14 979,44	736,13				299,59			13 943,72
Equipamento	95 072,90	57 406,23	56 321,57			32 903,74			61 084,50
Outras Imobilizações Corpóreas	34 587,80	8 646,95	21 665,80			14 063,40			33 543,25
	144 640,14	66 789,31	173 992,93	-	506 790,87	56 831,84	-	-	701 802,79
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO									
Imóveis	506 790,87				- 506 790,87				-
	506 790,87	-	-	-	- 506 790,87	-	-	-	-
Total	666 154,87	79 245,61	173 992,93	-	-	57 465,53	-	-	703 436,66

No exercício de 2005, a Garval procedeu à aquisição, em regime de locação financeira, de um imóvel de serviço próprio no valor de cerca de 602.8 mil euros. Durante o exercício foram, igualmente, adquiridos diversos equipamentos, incluindo alguns através de contratos de financiamento em regime de locação financeira. Em 31-12-2005, as dívidas relativas a estes contratos de locação financeira totalizavam o valor de cerca de 445.9 mil euros (relevada na rubrica de Outros Passivos - fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira).

NOTA 14 - CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E CLIENTES

É o seguinte o escalonamento por prazos de vencimento destes Créditos, correspondentes às rubricas 3 e 4 do Activo:

	Outros créditos sobre Instituições de Crédito (1)		Créditos sobre Clientes (2)	
	2005	2004	2005	2004
Prazos				
Até 3 meses	250 000,00		90,79	
De 3 meses a 1 ano	5 350 000,00	2 365 527,78	8 009,73	
De 1 a 5 anos			5 700,35	
Mais de 5 anos				
Duração Indeterminada				
	<u>5 600 000,00</u>	<u>2 365 527,78</u>	<u>13 800,87</u>	

(1) Releva os montantes das aplicações constituídas pela Norgarante em depósitos a prazo

(2) Corresponde às dívidas de clientes resultantes da não cobrança de comissões de garantia, valores líquidos do recebimento da contragarantia do Fundo de Contragarantia Mútuo.

A variação verificada em outros créditos sobre Instituições de Crédito reflecte, em parte, o aumento de capital de 3.33 milhões de euros efectuado em Junho de 2005.

NOTA 23 - COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos assumidos por garantias e avais prestados são exclusivamente resultantes de garantias de natureza financeira de 1º grau. Os outros passivos eventuais referem-se a compromissos irreversíveis de compra de acções próprias.

	2005	2004
Passivos eventuais		
Garantias e avals	43 233 187,52	14 637 093,99
Outros passivos eventuais		
Compromissos		
Revogáveis		
Irrevogáveis	1 507 794,00	488 296,00
	<u>44 740 981,52</u>	<u>15 125 389,99</u>

Os passivos eventuais, decorrentes da prestação de garantias e avals, encontram-se contragarantidos pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 27 898 253,82 euros. Consequentemente, o valor líquido das garantias e avals prestados pela Sociedade ascende a 15 334 933,7 euros.

NOTA 25 - MOVIMENTO DAS PROVISÕES

	Saldo 31/12/04	Reforços	Utilizações	Anulações/ Reposições	Saldo Final 31/12/05
Crédito Cobrança Duvidosa					
Outros Créditos	-	9 610,84		-	9 610,84
	-	9 610,84		-	9 610,84
Depreciação de Títulos					
Investimento					
Outras Aplicações					
Imóveis					
Títulos					
Riscos Gerais de Crédito					
Aviso n.º 3/95 B.P.	61 968,16	123 616,63		31 498,30	154 086,49
	61 968,16	123 616,63		31 498,30	154 086,49
Riscos Outros Riscos e Encargos					
Provisões Económicas	17 812,50	110 705,94		45 567,88	82 950,56
	17 812,50	110 705,94		45 567,88	82 950,56
	79 780,66	243 933,41		77 066,18	246 647,89

Consequência da inclusão do Fundo de Contragarantia Mútuo na lista de entidades constante do n.º 1.1 do art.º 15 do Aviso n.º 3/95 (alínea n), efectuado pelo Aviso n.º 9/2003, a parte das garantias prestadas pela Garval que se encontre contragarantida pelo Fundo de Contragarantia Mútuo, não está sujeita à constituição de provisões para riscos gerais de crédito.

Foram consideradas, neste exercício, provisões económicas no montante total de 111 mil euros, designadas no mapa acima como “Para Outros Risco e Encargos”. Esta verba resulta da

consideração de diversos critérios de apreciação do risco inerente à carteira de garantias vivas da Sociedade, nomeadamente a previsibilidade de ocorrência de sinistros e ou situações de mora relativamente a cada garantia viva à data de 31-12-2005

NOTA 27 - CONTAS DIVERSAS

	2005	2004
Activo		
Proveitos a receber	85 159,76	22 202,88
Despesas com custo diferido	3 975,21	1 143,90
Outras	605,24	4 899,53
	<u>89 740,21</u>	<u>28 246,31</u>
Passivo		
Custos a pagar	35 851,10	17 806,19
Receitas com proveito diferido	107 118,15	47 285,55
Outras	178,50	
	<u>143 147,75</u>	<u>65 091,74</u>

A rubrica de proveitos a receber refere-se na sua quase totalidade a juros vincendos de aplicações financeiras. A rubrica de despesas com custo diferido engloba 3.2 mil euros de despesas relacionadas com campanha publicitária da garantia mútua a diferir pelos anos de 2006 e 2007, bem como cerca de 0.8 mil euros referente ao diferimento de seguros.

As Contas de Regularizações registadas no Passivo são constituídas na sua maior parte pelo diferimento das comissões de garantias (receitas com proveito diferido - cerca de 107 mil euros) e pela estimativa de férias e subsídio de férias.

NOTA 31 - OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

As contas de Outros Activos e Outros Passivos englobam os seguintes saldos:

	2005	2004
Outros Activos		
IRC a receber	9 543,76	8 322,90
Devedores e outras aplicações	74 616,38	49 087,01
	<u>84 160,14</u>	<u>57 409,91</u>
Outros Passivos		
Credores diversos	473 506,07	482 227,55
Outras exigibilidades		
- IRC		
- Diversos	16 494,98	10 390,64
	<u>490 001,05</u>	<u>492 618,19</u>

A rubrica “Devedores e outras aplicações” refere-se integralmente a verbas de comissões de garantia a receber dos clientes.

Por seu turno, a rubrica “Credores diversos” regista os valores a pagar relativos à aquisição de instalações e equipamentos em sistema de *leasing* (cerca de 445.9 mil euros), sendo o remanescente referente a fornecimentos correntes.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de imposto sobre o rendimento, imposto de selo, segurança social do mês de Dezembro e apuramento do IVA do 4º trimestre de 2005.

NOTA 34 - VOLUME DE EMPREGO

Administração	9
Quadros directivos e técnicos	10
Secretariado e administrativos	1

NOTA 35 - REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

	2005	2004
Conselho de Administração	35 387,50	7 532,50
Conselho Fiscal	6 444,02	6 390,32
Assembleia Geral	550,00	550,00
	<u>42 381,52</u>	<u>14 472,82</u>

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

NOTA 39 - DEMONSTRAÇÃO DOS OUTROS RESULTADOS DA EXPLORAÇÃO E DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	2005	2004
Outros resultados de exploração:		
Custos		
Quotizações e donativos	-	1 000,00
Outros	89,97	55,50
	<u>89,97</u>	<u>1 055,50</u>
Proveitos		
Prestação de serviços	19 985,00	18 820,00
Reembolso de despesas	-	-
Outros	-	1 956,85
	<u>19 985,00</u>	<u>20 776,85</u>

	2005	2004
Resultados extraordinários:		
Perdas		
Relativas a exercícios anteriores	2 504,84	421,72
Outras		-
	<u>2 504,84</u>	<u>421,72</u>
Ganhos		
Relativas a exercícios anteriores	5 828,30	417,91
Mais-valias na realização de valores imobilizados		-
Outros		801,00
	<u>5 828,30</u>	<u>1 218,91</u>

NOTA 41 - CARGA FISCAL

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de IRC e correspondente derrama.

	2005	2004
Reporte fiscal	46 384,74	22 240,00
Estimativa de impostos	1 814,06	1 585,60
Imposto pago		1 585,60

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Sociedade não detém em carteira quaisquer acções próprias, nem é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, Entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O Conselho de Administração

José António Ferreira de Barros – Presidente

Luís Filipe Soares dos Santos

José Fernando Ramos de Figueiredo

João Artur Ferreira da Costa Rosa

Renato Fernando Ribeiro da Silva

Anabela Pereira Dolores Frazão

Isabel Maria Lopes Vieira Neto

Vitor Manuel de Oliveira Ferreira

António de Sousa Portugal

O Técnico oficial de Contas

António Carlos Gonçalves Lopes

TOC n.º 8125

ANEXO

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2005, a participação no Capital Social por parte dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade era a seguinte:

▪ Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento – IAPMEI	1 694 000 acções
▪ SPGM – Sociedade de Investimento, S.A.	593 796 acções
▪ Instituto de Turismo de Portugal	420 000 acções
▪ Caixa Geral de Depósitos, S.A.	272 900 acções
▪ Nersant – Associação Empresarial da Região de Santarém	254 200 acções
▪ Banco Espírito Santo, S. A.	234 094 acções
▪ Banco Comercial Português, S.A.	209 900 acções
▪ NERLEI – Associação Empresarial da Região Leiria	183 000 acções
▪ NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco	177 700 acções
▪ NERPOR – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre	175 000 acções
▪ Banco BPI, S. A.	133 000 acções

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2005, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

▪ Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento – IAPMEI	28.23% ;
---	----------

IV. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS